



Anais da Assembléia

Nº 39

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 1983

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Djalma de Almeida Cesar.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Sampaio, Hermas Brandão, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Tuguio Setogutte. (33). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Antônio Anibelli, Caíto Quintana, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Orlando Pessuti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Sérgio Spada, Tadeu França, Tércio Albuquerque. (24). Em licença o Senhor Deputado Wilson Fortes. (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Del Ciel Filho, ocorrido na Cidade de Londrina, dia 26 próximo passado. O extinto era pai do ex-Deputado e ex-Prefeito de Londrina José Antônio Del Ciel.

Outrossim, solicita seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jacinto Ornelas, ocorrido dia 01 de maio de 1983 próximo passado.

O extinto era agricultor, pessoa bem quista na comunidade e um dos fundadores do Município de Uniflor.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fuad Calixto, ocorrido no dia 28 do corrente, nesta Capital.

O extinto era de tradicional família do Norte Pioneiro. Outrossim, solicita que seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, regimentalmente, REQUER, que após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Léo de Almeida Neves, Diretor Presidente do Banestado S/A., a fim de que sejam envidados os esforços necessários para a instalação de uma Agência, daquela conceituada Casa Bancária, no Município de Altamira do Paraná.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Justificamos o nosso pedido presente pelo fato de que o jovem Município de Altamira do Paraná, ainda não conta com tão importante benefício, que é um estabelecimento oficial de crédito. Sua população necessita urgentemente da instalação de uma AGÊNCIA do BANESTADO, visto que sua principal ocupação é a agricultura. Atividade que se não contar com o devido e imprescindível apoio financeiro, jamais terá o sucesso esperado. Justifica-se ainda, que Altamira do Paraná dista dos principais agentes financeiros oficiais, de um lado a mais de 70 km e de outro a mais de 30 km, contando-se ainda que a ligação se faz por estradas que deixam muito a desejar, o que vem prejudicar ainda mais o relacionamento cliente/banco, ocasionando inúmeros prejuízos para os agricultores altamirenses.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de louvor ao Jornal "Gazeta do Povo", pela realização de magnífica campanha visando combater o desemprego em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Num momento dos mais oportunos, quando o País se encontra mergulhado em séria crise econômica e o desemprego grassa em todas as cidades, a "Gazeta do Povo", através de seu dinâmico Diretor, Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, passa a desenvolver uma intensa campanha visando oferecer sua contribuição para reduzir o problema.

Assim, abriu suas páginas para que desempregados possam ofertar seus préstimos a um preço simbólico ou, na impossibilidade de se pagar, a custo zero, ao mesmo tempo que conclama a classe empresarial paranaense a participar da iniciativa, que é digna dos maiores elogios e merece, assim, o aplauso deste Poder.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de informar qual o montante do recurso Salário Educação a ser repassado aos municípios paranaenses para ajuda no pagamento aos professores da rede municipal de ensino, e qual o valor repassado até o presente e a quantos municípios.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Já estamos no 5.^o mês do ano e os Municípios encontram-se em sérias dificuldades financeiras, não sabendo quanto e quando irão receber o recurso do Salário-Educação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Presidente da República João Figueiredo, ao Ministro das Minas e Energia, Cesar Cals, e ao Presidente da Eletrobrás, José Costa Cavalcanti, para se estabelecer novos critérios na taxação de energia elétrica, nos mesmos índices tarifários cobrados no fornecimento de energia rural, às empresas de rádio, televisão, jornais e revistas de todo o Brasil.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que as empresas de rádio, televisão, jornais e revistas vêm pagando tarifas de energia elétrica como consumidor comum, tanto nos seus estúdios como em seus parques de transmissão e parque gráfico.

Considerando que essas taxas vêm onerando grandemente essas empresas, sobrecarregadas com altos encargos salariais, ônus previdenciário, despesas de manutenção e renovação de suas aparelhagens, imposto de renda, imposto sindical e outros tributos.

Considerando que o rádio e a televisão estão sempre investindo na melhoria de seus equipamentos e pessoal;

Considerando que os jornais sofrem constantes altas no preço do papel, depreciação de seu parque gráfico, altas acen tuadas em tintas especiais, fotolitos e filmes;

Considerando as dificuldades das emissoras de TV na aquisição de válvulas, gravadores, video-tape, tele-cines, câmeras, manutenção de laboratórios, custosas despesas de viagens, depreciação de seus equipamentos;

Considerando o alto custo operacional das rádios e TVs, os constantes investimentos no aprimoramento de seus quadros funcionais, as acentuadas crises no comércio e indústrias, anunciantes que dão renda a esses veículos;

Considerando que as emissoras de rádio e televisão, mesmo sendo concessão federal, não têm incentivo nenhum e são tratadas e taxadas como contribuintes comuns;

Considerando que rádio, televisão e jornal, são veículos de utilidade pública, de caráter informativo, prestação de serviços, música, lazer, entretenimento e cultura;

Considerando que as rádios e televisões por serem de concessão federal, são obrigadas a divulgar gratuitamente inserções do Governo;

Considerando que, em especial as rádios são obrigadas a transmitir gratuitamente de segunda a sexta-feira, uma hora e meia, das 19,00 às 20,30, o informativo oficial "A Voz do Brasil e Projeto Minerva, tomando-lhe precioso tempo de ser comercializado, o mesmo acontecendo aos sábados das 13,00 às 14,15, com o Projeto Minerva que é também transmitido aos domingos das 10,00 às 11,15;

Considerando que essas irradiações por parte das emissoras de rádio totalizam em média, 40 horas mensais, ou seja

480 horas anuais, com preços incalculáveis dada a variação de tabelas desses veículos;

Considerando o alto custo operacional na manutenção e custeio de uma estação de televisão e seus preciosos segundos, minutos e horas;

Considerando os valiosos serviços prestados pelas emissoras de rádio e televisão, no papel de bem informar. Seus serviços de utilidade pública, sua ação imediata nos casos de calamidade pública, seu papel de integração nacional, difusão de usos e costumes, orientação política, social e econômica;

Considerando que o rádio é um veículo instantâneo, de fácil mobilidade, atual e dinâmico, constituindo-se no meio de orientação e lazer do homem do campo, o veículo que leva a palavra de conforto aos mais distantes rincões da pátria, alegria e instrui, serve de bom companheiro aos viajantes, ao caminhoneiro, ao automobilista diverte e informa, acompanha o homem no trabalho e diversão;

Considerando que a televisão, por ser de efeitos visuais e auditivos, é o veículo da atualidade, transmitindo notícias, filmes, shows, eventos sociais, econômicos e fatos históricos e programas educativos com precisão;

Considerando que os jornais informam, instruem e divertem e, suas variadas seções, como primeiro veículo de comunicação do planeta, desde os primórdios do papiro às modernas técnicas Off-set, constituindo-se em verdadeiros documentos históricos da vida de uma cidade, estado ou país;

Considerando que, as dificuldades de pequenos jornais do interior, que sobrevivem graças ao trabalho insano de abnegados escribas que fazem dessa profissão um verdadeiro apostolado;

Considerando que a maioria das cidades brasileiras não possuem uma estação de rádio e muito poucas são aquelas que têm seu canal de televisão, e poucos são os jornais da Capital, e raros os do interior;

Considerando que as emissoras de rádio das cidades interiores são de baixa potência, de âmbito local, e poucas de âmbito regional, raras as estações de televisão, o mesmo acontece com os jornais, para uma empresa detentora do fornecimento de Energia Elétrica, as tarifas rurais para esses veículos não afetaria em seu faturamento;

Considerando que as tarifas de energia rural para as rádios, televisões e jornais, viabilizariam economicamente novos investimentos, acentuadas melhorias em seus parques técnicos e pessoal, estímulos que só serão conseguidos mediante medidas dessa natureza;

Considerando mais, que no Paraná existem 133 emissoras de rádio, em ondas médias, 31 em frequência modulada, 2 em ondas tropicais, 5 em ondas curtas e 11 canais de televisão, essa concessão tarifária por parte do Ministério de Minas e Energia, através da Eletrobrás e suas subsidiárias estaduais, não acarretaria prejuízos no fornecimento de força a esses veículos e as companhias de luz seriam compensadas com o surgimento de mais emissoras, maiores potências com esse estímulo e acabaria com o terror dos empresários do setor, a todo mês quando recebem as contas de luz, o mesmo acontecendo com os jornais que estão passando pelo mesmo problema.

É estribado nestes dados e razões, que proponho o envio desses expedientes aos órgãos competentes, constantes da súmula deste requerimento, solicitando da mesa desta augusta Casa de Leis, que leve ao conhecimento da ABERT — Associação Brasileira de Rádio e Televisão, ao DENTEL — Curitiba, à Associação Brasileira de Jornais e Revistas do que contém nesta proposição.

Requer, outrossim, o envio de cópia do presente requerimento ao Presidente do Senado Federal, ao Presidente da Câmara Federal, aos Líderes dos Partidos políticos no Senado e na Câmara Federal, bem como à Empresa Brasileira de Notícias - EBN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações à Associação Paranaense de Reabilitação, pelo transcurso do Jubileu de Prata.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Sem falarmos nas atribuições que já é conhecida de todos louvamos a pretensão para a colaboração com o governo no treinamento de agentes de saúde.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Sr. Presidente da A.P.R.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de Ofício ao Sr. Presidente da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, através do Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, no sentido de apelar para que seja feita com urgência, uma revisão geral na rede de distribuição de energia elétrica na Cidade de Nova Cantu, conforme os termos dos ofícios expedidos pelos Srs. WALMICK PEREIRA, Prefeito Municipal; RUY FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal e ROSENDO LOPES PENA NETO, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de regozijo ao jornal "Folha de Londrina", pela publicação gratuita de anúncios visando combater o desemprego.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de congratulações à editora "O Estado do Paraná S/A", pela campanha encetada nos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", que, com a finalidade de colaborar com a diminuição do desemprego em nosso Estado, publicam, gratuitamente, as ofertas de empregos oferecidas pelas Empresas e Empresários.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Assembléia Legislativa de Matelândia sobre o Conflito de Terras naquele município".

É o que requer.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o

Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna desta Casa, para registrar que, no dia de ontem, 01 de maio, data consagrada universalmente ao trabalhador, completou 20 anos de atividades radiofônicas, na cidade de Ponta Grossa, o homem de comunicação, Nilson de Oliveira.

Exemplo marcante de quem, na área da comunicação social, no setor da radiodifusão, através da fala cotidiana na linguagem de todos os dias que flui e transcorre promovendo e destacando o próprio trabalho, promoveu-se e destacou-se junto à comunidade pontagrossense. Duas décadas totalmente dedicadas ao serviço da radiofonia, no contato diário com o seu público, construiu, através dos prefixos das rádios Difusora de Ponta Grossa e Central do Paraná, uma rápida escalada do anonimato, à notoriedade e ao sucesso; soube, sempre, como jornalista, empregar a força desse veículo de comunicação de massa, noticiando e interpretando com autoridade, o fato social, ou político, relevante, atingindo, pelo efeito multiplicador do rádio, um público cada vez mais numeroso.

Já se disse que, a palavra é a criação mais elevada do homem, e mais ainda, como uma dimensão inseparável de nós, ao ponto de que, homem e palavra são sinônimos, e, trair a segunda, é trair a primeira. A coerência, portanto, no emprego da palavra entre as convicções do cidadão e os seus propósitos como radialista, oferece a própria dimensão da integridade de um trabalho profissional voltado ao bem-estar de sua cidade e sempre em favor de quem mais precisa.

Para Ponta Grossa, em síntese, é essa a imagem do radialista, do jornalista e do publicitário Nilson de Oliveira, que se impõe e prevalece; isento de compromissos partidários porém guardando permanentemente forte vínculo de identidade com o público, edificou, através do rádio, uma tribuna eficaz, como a desempenhar um mandato político privilegiado que os altos índices de audiência constituíram e legitimaram; assim, pela influência que exerce ao público, vem assumindo as responsabilidades resultantes de participação no processo político da sociedade, interferindo no próprio destino imediato da cidade de Ponta Grossa. Saliente-se, porém, que essa atuação jornalística serve, verdadeiramente, ao interesse público, goza de independência de ação, sem submissão a controles e diretrizes políticas de caráter direto. A verdade é que, não existe uma distensão nítida entre jornalismo e política e, disto, ele tem conhecimento. A propósito: no registro que fazemos, deixamos aqui, por extensão, a homenagem a toda a imprensa, escrita, falada e televisada de Ponta Grossa, pelo que vem fazendo em favor de toda a comunidade, lembrando apenas que, o êxito, não é importante, mas sim, o tentar fazer bem às coisas, pois aí reside justamente, a dignidade. É o que recolhemos desse trabalho do radialista, que, consciente da importância social do que faz, vem procurando fazer bem às coisas, mantendo, sempre, profunda fidelidade com as aspirações de sua terra e de sua gente.

Que possa o jornalista Nilson de Oliveira, ao longo de sua brilhante carreira, repetir a frase do poeta Octávio Paz:

"Procurei sempre não me servir nunca das palavras e sempre quis ser seu servidor". É o que desejamos!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu França. (Ausente).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo de Alencar Furtado, no Grande Expediente, por não haver mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhoras Deputadas: (Lê):

"FRATERNIDADE, SIM! VIOLÊNCIA, NÃO!"

Do homem, a vida é o bem maior. Na vida, a liberdade é o supremo direito. E, no campo do direito, a garantia da dignidade, ninguém, pessoa alguma pode conspurcar, porque a dignidade é o próprio conteúdo do homem. É, por assim dizer, o seu relacionamento com os semelhantes, a sua alegria de ser, o seu livro e o seu alimento, o respeito dos amigos e da sociedade e acima de tudo, a própria integridade da família.

Para alcançar e manter essa dignidade, ao trabalhador não basta o emprego. É fundamental um salário justo. Um salário que lhe dê condições de viver condignamente, colocando-o na horizontal do relacionamento social e comunitário de forma igualitária, onde os homens são respeitados pelo que produzem para a sociedade, não pelo que roubam da sociedade.

Na encruzilhada em que vivemos hoje, "sabem os trabalhadores que estão na escravidão, condenados à miséria e às trevas, para o prazer da minoria que os escraviza", no realista e quase universal dizer de Leon Tolstói.

Os trabalhadores brasileiros vivem a pior das escravidões e a mais degradante das misérias, pois vivem sob a verdade permanente e insuportável do desemprego e da fome, sob a realidade neurotizante da incerteza do amanhã, seu e dos seus familiares.

O trabalhador brasileiro já nasce com essa herança, triste herança da fome sofrida por seus avós e sabe, que o seu filho, ou os seus filhos, viverão sob o mesmo estigma da exploração e da injustiça, para chegar ao mesmo destino.

Os regimes capitalistas ou as revoluções redentoras em toda a nossa América Latina só perpetuaram a exploração do homem e fizeram desse imenso continente o retrato fiel do subdesenvolvimento, salvo raras exceções, e assim, realizaram a imagem mais contundente do que seja o enriquecimento ilícito.

Fizeram as revoluções redentoras, todas elas dissociadas da realidade, da Evolução Histórica e naturalmente democrata dos povos, das aspirações e anseios populares, da necessidade social de uma política voltada para os mais pobres, essa imensa massa de trabalhadores injustiçados.

Fizeram dos ladrões, dos negociatas, dos delatores, bajuladores, torturadores e toda corja de assassinos e safados que se abrigaram sob as asas das revoluções, todos eles juntos fizeram desta parte do mundo o quartel-general do retrocesso das conquistas humanas e o reinado da subserviência, do entreguismo, do enriquecimento ilícito dos traidores do seu continente, da sua Pátria e do seu povo.

Todos aqueles que serviram essas revoluções ou delas se serviram; todos aqueles que ensarilharam a sua honra, mínima que fosse, junto às armas dos opressores; todos aqueles que depositaram a sua dignidade, o futuro do seu povo e da sua Pátria ante o altar pagão da deusa ganância e do deus dinheiro, altar dos indignos e desonestos; todos aqueles que se ajoelharam perante o despotismo e beijaram com os lábios da subserviência a bota suja e as mãos ensanguentadas dos torturadores, delatores e assassinos, contribuíram para o assassinato pela doença, pela fome, pelo desespero, de homens, mulheres, jovens, velhos e crianças, e para assim fazer desta Nação-Brasil-predestinado à Pátria falida de brasileiros - trabalhadores - famintos e sem esperanças.

Contribuíram também para o descalabro governamental, a proliferação de mordomias, a impunidade de governantes banqueteados, dirigentes sem escrúpulos, que se refestelam sobre a fome, a doença, o desabrigo e o analfabetismo do povo brasileiro.

Senhores, esta Nação não mais sorri: chora.

Trabalhador brasileiro: gostaria de comemorar o nosso dia, o Primeiro de Maio, com festa e alegria, como deve ser um dia de homenagens e comemoração. Gostaria que essa data marcasse realmente a profundidade do significado das palavras traba-

lho, trabalhador.

Comemorar com a conquista de um salário justo, de uma política salarial correta, de uma legislação de garantia e estabilidade do emprego, de sindicatos livres e representativos das classes trabalhadoras, da imprensa livre, de entidades estudantis livres, de uma juventude com escola e trabalho assegurado, de uma velhice protegida, de um povo realmente feliz.

Mas não, o povo é triste, a Nação é triste, e não poderia ser diferente. Quem passa fome, não pode sorrir. A juventude, sem trabalho e sem estudos, não sorri, droga-se e desespera-se.

O homem do campo, sem trabalho, sem terra e sem apoio, não sorri, vira favelado, bóia-fria ou marginal. A mãe solteira sem ter como alimentar seu filho, prostitui-se ou aceita subempregos sem o mínimo de apoio e boa vontade dos patrões.

O funcionário público, servindo a todos os governos, profissionalmente, acaba perseguido por todos eles; o profissional liberal já não pode mais se orgulhar de assim ser chamado, pois perdeu o rumo, a possibilidade de crescer, e já não sabe como manter uma estabilidade financeira, com os preços e o custo de vida subindo dia a dia. E o povo, de um modo geral, faz malabarismo para se manter vivo, prescindindo, a cada dia que passa, do mínimo indispensável para sua sobrevivência.

É o aluguel da casa, o transporte coletivo, os remédios, o leite, a carne, o pão, a roupa e o calçado que levam os trabalhadores, no final de cada mês, a perder um pouco mais de esperança de voltar a sorrir e a querer comemorar o seu dia, este Primeiro de Maio que já não tem mais razão de ser.

Como comemorar o Dia do Trabalho, se todo dia milhares de brasileiros perdem o seu emprego, e passam a engrossar a fila dos desocupados, dos mendigos, dos desesperados?

Senhores, esta data realmente não é de festa, mas serve para repensarmos na existência sofrida deste nosso povo, e buscarmos a forma mais rápida de reencontrar o verdadeiro significado do Primeiro de Maio, através da reconquista do mínimo que o trabalhador brasileiro tem direito: um emprego e um salário justo.

FRATERNIDADE SIM! VIOLÊNCIA NÃO!

REFRÃO: ISTO NÃO É VIOLÊNCIA?

Qual nosso esforço para vencer a violência?

L: 600 mil crianças morrem de fome por ano, sete em cada dez delas são desnutridas, 10 milhões de jovens não têm estudos, 15 milhões são menores abandonados.

T: Refrão.

L: 160 milhões de casos de doenças evitáveis, setenta por cento do povo é desnutrido. Morrem 200 em cada mil crianças que nascem; são 3 milhões de abortos por ano.

T: Refrão

L: 10 milhões de bóias-frias, 6 milhões de desempregados, 50 mil novas prostitutas por ano, setenta por cento dos trabalhadores ganham salário-mínimo.

T: Refrão.

L: 9 em cada 10 hectares de terra estão nos grandes latifúndios, um milhão de posseiros sem terra. Milhares de índios e negros discriminados, repressão policial é impune.

T: Refrão

L: As mortes de Edson Luiz de Lima Souto, Wladimir Herzog, Manuel Fiel Filho, Dona Lida Monteiro, assassinados ao lado de centenas de brasileiros desaparecidos e crimes não esclarecidos.

T: Refrão

L: Aos 15 anos, a criança brasileira terá visto na TV 10 milhões de assassinatos e cem milhões de cenas violentas.

Leis injustas que oprimem os mais fracos."

Fraternidade Sim. Violência, não!

E como é de fraternidade e ontem, faria 27 anos o meu assassinado sobrinho Heitor Cavalcanti Alencar Furtado, desejo, no Dia do Trabalhador e do seu aniversário, ler para esse regis-

tro nos Anais desta Casa: "A Elegia Furtada" escrita por Paulo Venturelli, em 25 de outubro de 1982, logo após o seu assassinato. (Lê):

"A liberdade é uma escalada de mortes. Mortes totais como a tua. Total porque só ela injeta vida e ressurreição e força e vitalidade, no passo velho do mesmo marasmo, até ontem éramos figuras conscientes, buscando caminho. Hoje, após tua morte, somos homens que, sabendo, agem sob o impulso da força que emana de ti. Somos homens que faremos do mundo o que tu farias, que queremos do mundo o que não tiveste: um mundo sem Winchester, sem o cinismo dos opressores, sem a verdade mascarada, sem a impunidade que legaliza e perpetua o terrorismo contra lúcidos; queremos um mundo onde um coração honesto possa pulsar e uma boca enérgica possa falar, e a mão consciente possa agir, e o corpo cansado possa repousar sem perigo de ser fuzilado por enganos premeditados. Eu não sei qual é o preço da vida, mas estou aprendendo o da morte. E eu não lamento a tua morte; lamento o regime que dá condições à ação de alguém que possa te matar, como matam o Zé-nosso-de-cada-dia nos porões nossos de cada dia, nas ruas, fábricas, terrenos baldios, igrejas, fazendas, favelas e no etc. e tal de nossa brasilidade multi-esfaqueada. Tu és a lente que aumenta o que em nós é formiga esmagada a todo instante. Tu és feito da mesma matéria que estraçalham em nós a cada hora. Tu tens o corpo que nos arrebatam e assalariam para nos prostituírem na alienação. Por isso, no ato de tua morte, tu nasce, pois símbolo em nossa memória, vicejas como Lutador o companheiro armada de palavras de retidão, de sensibilidade, de visão. Agora nós lemos em ti nossa pequenez, mas a nossa força. Agora lemos em ti a fragilidade deste sistema que só é perpetuado na garantia de mortes que caem opositores de essência. Agora lemos em ti que, da minoria, nós fazemos muitos, somos multidões, somos povo, porque deste a inequívoca lição de que tua ação era correta pois corroía as estruturas e elas resolveram te abafar antes de desabarem. E elas desabarão. O ácido do teu sangue está aqui no corpo, nos olhos, na voz da esperança que nós tantos que não te pranteiam e sim te seguem ansiosos de assumirem o que fazias. O teu silêncio de morte germina a multidão, e a madrugada está em nós, em cada um de nós, fragmentos logo juntados para o trabalho revelador da luz, sinal de vida, herança de ti. Tu és uma etapa gerando por enquanto poema. O poema virará ato, o ato nos fará livres na mesma proporção da tua liberdade. Tu és essencialmente livre, porque as engrenagens selvagens não te prendem mais, ninguém te cassará jamais, ninguém te silenciárá jamais, ninguém te apagará jamais. Eles não sabiam que te matando é que te fariam viver. Hoje tu és já o Brasil livre que seremos. Não és apenas meta, és agora historicamente o impulso, o impulso atual brotando do nosso chão, caído no nosso chão, regador do nosso chão. Nossa terra tem o símbolo gralha azul que soube plantar pinheiros na paisagem que amamos, na paisagem onde habitamos, onde reproduzimos a luta. Nossa gralha azul está tingida e com as penas vermelhas do teu sangue, sobrevoa nossas cidades para ensinar a necessidade de novo tempo. Tempo não travestido, mas tempo eficaz de paz. Precisávamos de ti no tempo; está agora na eternidade, que é o tempo dos homens que morrem por uma causa. Destruíram tua arquitetura de homem; assumimos então tua arquitetura de idealista, porque também tu morreste por nós, Companheiro, os oprimidos do Brasil te saúdam. Não adiantou te "acidentarem" na boca da madrugada. Não adiantou que os vídeos e os jornais estampassem versões burras da estupidez há decênios impondo suas botas sobre nós. De todo canto, todos sabem a verdade. Por que vou dizê-la? Eles não

sabiam que mentindo, confirmam o óbvio. Enquanto os morcegos tramavam tua morte no tiro que deram, despertaram as aves para a revoadas coletiva, convictas de quanto espaço aberto conquistarão no vôo unido sob o impacto do estampido que estraçalhou para sempre a placidez de nossas madrugadas. Era uma vez uma madrugada em que um homem dormia no interior do seu carro. Era uma vez um tempo em que homens matavam homens que lutavam, pelos homens que eram explorados pelos homens. Era uma vez de madrugada e te assassinaram. Não, desculpa, não te assassinaram. Simplesmente nos mantiveram despertos, vigilantes, atuantes, aprendizes reais de que liberdade efetivamente não se ganha por decreto. Qual é o limite do homem? O limite do homem não é uma bala. Qual é o caminho do homem. O caminho do homem não termina numa bala. Qual é a obra do homem? A obra do homem não é uma obra, é a múltipla vida, desdobrada, carne da carne do homem que se faz pensamento para o pensamento dos homens, se faz liberdade para liberdade dos homens, se faz ação para que todos tenham o mesmo pão. A vida do homem não é uma obra, é a eterna obra garantida na mão humana para a humana ação. Obra de mão de homem para os homens de todas as mãos, agarradas ferrenhas no mesmo leme da História. O homem não é somente o homem que se vê, de que se fala, que se fotografa, que se mata, o homem é o que fica depois de seu silêncio, porque o homem que é homem para o homem, não gera silêncio, pois mesmo quando dorme é capaz de assanhar as feras e fazer com que, loucas, desvairadas, acossadas pela covardia, alvegem o coração do homem onde reina a consciência que empurra a ação para o parto de uma nova era, onde o homem será pelo homem e para homem e não precisará de carabinas para manter no trono o desfigurado esqueleto, carcaça imunda de um tempo de subornos, torturas, explorações, ganâncias, vilezas, porque na nova era não haverá nem tronos, nem carabinas, nem subornos, nem torturas, nem reis desesperados ante a derrocada de seu reinado. Truncados entre o tiro e a crueldade, todas as linguagens estão falidas neste momento; só uma apresenta ainda o discurso articulável: perpassa por nós a certeza de que tu foste do que és em nós. Um dia tu foste o menino que não conheci. Mas se a tanta dignidade foste dado — homem se fazendo para outros homens, de fato, em vida vale viver um dia para ter a certeza de que, entre os homens, houve um como tu, que, fuzilado, nasceu mil vezes, e tantas outras nascerá na mão de cada um que se erguer: no velho, enferrujado, debilitado e sempre jovem por um grito de justiça. Tu não és o naufrago. Tu és o mar e o barco, e em ti embarcamos para a viagem de rota segura: amanhã nós seremos nós, donos do nosso destino, obreiros da nossa vida para nosso desfrute. Porque foste o homem que foste, és hoje o porto FURTADO ainda de nós, entretanto, logo, logo conquistado, porque tuas armas estão conosco: verdade, justiça, o pendor para a igualdade não obstante muitas vezes a Winchester para falar mais alto. A tua tribuna não emudeceu, escuta bem, companheiro, como ela ferve manso na cabeça de cada um que está aprendendo a História nesta terra brasileira de ditaduras tantas. Porque somos órfãos de pais vivos e amordaçados e sofridos e estilhaçados, aprendemos a ver, a viver, a fazer a História. E a próxima era está aí batendo à porta, como fruto também da tua ação, da nossa ação. Companheiro, tu que não te escondes por detrás dos óculos, nem das barbas, nem das metáforas, nem das evasivas, olha bem, presta atenção. Os ditadores te fuzilaram, têm os pés de barro e começam a desmoronar, porque, quando caíste como tantos outros, ajudaste a minar o chão que os sustentava, deste u'a mão de primeira à semeadura do bom tempo. Companheiro, limpa bem a garganta, afina bem a voz, depois de amanhã, logo ali no tempo claro que vem vindo depois de tão longa noite, logo ali, todos juntos, iremos cantar o hino da vitória: "OUVIRAM DO IPIRANGA ÀS MARGENS PLÁCIDAS".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — No horário das Lideranças partidárias, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, por 10 minutos.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos últimos dias 27 e 28, estivemos representando a Bancada do PMDB junto ao Encontro Nacional da União Parlamentar Interestadual e, naquela ocasião, foi aprovada proposta por nós apresentada e avaliada também pelo Deputado Augusto Carneiro, da Bancada do PDS, de que se fizesse um documento público da UPI, para contrariar as intenções do Governo de regulamentar o voto distrital misto no País.

Fazia-se também nos acompanhar, naquela ocasião, o Primeiro Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Nestor Baptista.

Fizemos a apreciação de um documento que vou ler em seguida, junto àquele Congresso (Lê):

“A questão do voto distrital demonstra mais uma vez o procedimento autoritário do Governo, enquanto ele fala em trégua política e renova os seus propósitos de consolidar a abertura, numa tentativa mal desfarçada de enganar a opinião pública. Mais do que isso, uma tentativa de convencer os banqueiros internacionais que hoje detém o controle efetivo da Nação, dizendo que o modelo econômico brasileiro é viável, porque é viável o seu projeto democrático.

Não está mais distante da realidade.

A instituição do voto distrital no Brasil jamais teve o apoio da classe política e as iniciativas isoladas adotadas desde os anos 50, não conseguiram obter o necessário consenso, perdendo-se por isso nos arquivos do Congresso Nacional. Após a Revolução de 1964, o então Presidente, General Humberto de Alencar Castelo Branco, cogitou de instituir o voto distrital através de ato complementar, mas foi dissuadido por amigos, que receavam a repercussão negativa que uma decisão desta natureza teria, principalmente no plano internacional.

A EMENDA CONSTITUCIONAL NÚMERO 22.

O Governo Figueiredo ao promover as eleições de 15 de novembro de 1982, adotando simultaneamente, um arsenal de medidas casuísticas que tiveram o objetivo indisfarçável de favorecer o partido situacionista, visando garantir maioria no colégio eleitoral, manter o processo espúrio de eleição indireta do Presidente da República e dificultar ao máximo os passos da Oposição.

É isso que explica a vinculação total de votos e manutenção da Lei Falcão, obrigando a votar em candidatos com idéias clandestinas ou tentando suggestioná-lo a eleger os candidatos oficiais que sempre tiveram livre acesso aos meios de comunicação social. E é isso que explica a Emenda Constitucional número 22, de 22 de junho de 1982.

Essa emenda que imediatamente mereceu o repúdio da consciência nacional, só pode ser aprovada porque o Governo fechou a questão e os Deputados e Senadores do PDS foram obrigados a aprová-la, sob pena de perda do mandato.

E foi assim, por esse processo de força, que se alterou o colégio eleitoral que elegerá o próximo Presidente da República, fixando-se apenas 6 delegados por Estado, o que dá a São Paulo por exemplo, o mesmo peso do Piauí. É por isso que passadas as eleições de novembro, vemos que as oposições têm minoria no colégio eleitoral, embora controlem setenta por cento do eleitorado, oitenta por cento da população, setenta e cinco por cento da renda do País e a maior parte do território nacional.

Pior do que isso, Srs. Deputados, a Emenda 22 fixou o “quorum” de dois terços para a efetivação de alterações no texto constitucional, visando preservar as aberrações jurídicas impostas pela revolução, como a Lei de greve e a Lei de Segurança Nacional, e impedir por exemplo, o restabelecimento das eleições diretas à Presidência da República e a alternância do poder, objetivo maior de todas as democracias.

Essa mesma Emenda 22 instituiu o voto distrital misto no Brasil, a partir das eleições de 1986, dispondo que metade dos Deputados Estaduais e Federais seriam eleitos pelo voto distrital e a outra metade pelo sistema proporcional, “na forma que a lei estabelecer”.

Acreditamos, Srs. Deputados, não ser irrelevante lembrar que a Emenda Constitucional 22 foi imposta à Nação, sem que o Governo sequer considerasse a direção nacional do PDS, que havia recém criado uma comissão de alto nível, para estudar a conveniência ou não da instituição do voto distrital no Brasil. No seio do partido oficial havia muitas vozes discordantes. Receava-se que o voto distrital encareceria ainda mais as eleições; que a unidade partidária seria extremamente comprometida pelas divergências em relação à divisão dos distritos e a escolha dos candidatos; e que a instituição do novo sistema poderia liquidar algumas das mais expressivas lideranças nacionais.

Autoritariamente, como sempre, o Governo não só impôs a aprovação do voto distrital, como foi além, exorbitando os próprios princípios da emenda 22, como veremos mais adiante.

FIM DO PLURIPARTIDARISMO

Em 17 de dezembro de 1982, o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, reconheceu que o voto distrital tenderá ao fortalecimento do bi-partidarismo no País. E disse textualmente:

“As últimas eleições demonstraram que somente os dois grandes partidos têm condições de disputar as eleições em todos os distritos. Os partidos novos ficarão restritos às poucas cadeiras que serão disputadas pelo sistema proporcional”.

O experiente jornalista Carlos Castelo Branco disse em sua coluna de 31 de dezembro de 1982, que apesar da Emenda 22, o voto distrital não pode vingar:

“O Governo deixou passar a época dos atos institucionais e complementares e do decurso de prazo; o voto distrital aprovado pela Emenda 22 não é auto-aplicável e depende da aprovação de lei que o regulamente; há resistências no próprio PDS e o Ministro Abi-Ackel, dando-se conta da realidade, entende que o Governo não obrigará os Parlamentares a votar lei que contrarie seus próprios interesses, revogando o sistema proporcional e de voto por Estados”.

Ledo engano do jornalista e de todos os que supunham que o Governo agiria com lógica e bom senso. Já em 20 de janeiro deste ano, o Ministro da Justiça retomou o tema, dizendo que os distritos serão formados de acordo com a continuidade geográfica, a existência de números mais ou menos iguais de eleitores, uma certa identificação sócio-econômica e peculiaridades de vias de comunicação e de transportes.

Segundo o ministro, “o número de distritos em cada Estado será equivalente à metade das vagas a preencher, seja na Câmara Federal ou na Assembléia Legislativa”.

E, para tranquilizar os assustados Deputados do PDS, afirmou que “todos os atuais Parlamentares serão candidatos natos nas eleições de 1986, porque todas as lideranças existentes tiveram origem no voto proporcional”.

Na verdade, Sr. Presidente, haverá duas eleições: uma distrital, outra proporcional, e sem dúvida o poder econômico terá amplas possibilidades de influir em ambas. Mas, continuemos com a análise dos tortuosos caminhos percorridos pelo Governo, para impor o voto distrital.

No dia 25 de janeiro, o Presidente Nacional do PDS, José

Sarney e os líderes do partido na Câmara e no Senado, Deputado Nelson Marchesan e Senador Aloísio Chaves, tentaram convencer o Ministro Abi-Ackel a mudar o texto que seria enviado ao Congresso em março, regulamentando o voto distrital. Os três manifestaram a preferência que os distritos sejam definidos por uma comissão interpartidária e não pela Justiça Eleitoral. Mas esta solicitação não foi aceita, nem o governo cogitou de consultar às lideranças dos demais partidos.

O que se pretende, Srs. Deputados, é a manutenção do regime, enquanto o povo sofre as agruras do desemprego e da recessão. Os mesmos estrategistas que entregam o País de joelhos aos banqueiros internacionais, com a inflação de três dígitos e a dívida externa de 97 bilhões de dólares, articularam a farsa do voto distrital 4 anos antes das eleições de 1986, numa manobra claramente diversionista, irmã gêmea da reeleição do Presidente da República, após 19 anos de autoritarismo.

A QUE PONTO CHEGAMOS

Coube ao Diretor-Geral do Departamento de Assessoria Legislativa do Ministério da Justiça, o advogado Antônio Rocha, a espinhosa missão de expor, de forma nua e crua, a filosofia do governo em relação ao voto distrital, em entrevista concedida à "Folha de Londrina" no dia 28 de janeiro deste ano.

A seguir, resumimos as suas informações:

1. O sistema proporcional que vigorou para o pleito de novembro de 1982, é inconstitucional; tornou-se inconstitucional com a Emenda 22;

2. Nas eleições de 1986, 50 por cento dos deputados serão eleitos pelo voto distrital e 50 por cento pelo sistema proporcional;

3. Para que o novo sistema seja aplicado, será necessário que o Congresso Nacional aprove uma lei regulamentadora, por maioria simples;

4. Se o Congresso Nacional não o fizer, o Tribunal Superior Eleitoral terá poderes para regulamentar a norma constitucional, através de Resolução Normativa;

5. Caso o Congresso Nacional queira derrubar o sistema do voto distrital misto, isso só será possível através de nova emenda constitucional, aprovada por dois terços de seus membros, o que é absolutamente inviável, pois o PDS já fechou questão, a pedido do Presidente Figueiredo;

6. Os atuais deputados estaduais e federais serão candidatos natos às eleições de 1986, pelo sistema que preferirem;

7. Apenas as vagas que sobraem serão distribuídas pelas convenções distritais e estadual de cada partido;

8. Os deputados eleitos pelo voto distrital terão compromissos com uma área menor e os eleitores não poderão votar em candidatos de outros distritos.

Está claro, Srs. Deputados, que esta receita não leva em conta os princípios programáticos e doutrinários dos partidos políticos, nem os compromissos dos candidatos ao longo de sua vida pública.

Em março último, finalmente, o projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional, com as assinaturas do Presidente João Baptista Figueiredo e do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel confinando eleitores e candidatos em uma determinada área de cada Estado. Pelo projeto, a expressão voto distrital misto, encaixada no artigo 48 da Constituição, pela Emenda 22, foi entendida como voto duplo dentro de uma área fixa:

— 50 por cento proporcional e 50 por cento distrital, mas sempre numa disputa dentro do distrito;

— a unidade política e eleitoral deixou de ser o Estado e passou a ser uma pequena soma dos municípios.

Ficou claro que o objetivo do governo é a municipalização total do voto, com o risco quase certo de eliminar o processo de escolha dos candidatos de proposta política, dando preferência aos candidatos "paroquiais" que trabalhem diretamente sobre os seus respectivos redutos geográficos.

Se aprovado o projeto do governo, os pequenos partidos - já cambaleantes pelo golpe que receberam com a vinculação total de votos - não terão condições de atender à exigência constitucional de obterem 5 por cento dos votos para deputado federal em todo o País, com um mínimo de 3 por cento em pelo menos sete Estados.

Além dos pequenos partidos, amplos setores do PDS e do PMDB repudiam o projeto do Governo; e a Deputada Ivete Vargas, através de emenda constitucional, pretende adiar para 1990, tanto os percentuais exigidos como a implantação do voto distrital.

DISCREPÂNCIAS E ABERRAÇÕES

Por esse malsinado projeto, que não honra a consciência jurídica e democrática do nosso País, em cada Estado, o número de distritos será o equivalente à metade do número de cadeiras, originando em São Paulo distritos com 450 mil eleitores e em alguns Estados distritos com 20 ou 30 mil eleitores.

Candidatos de menor projeção poderão derrotar os "campeões de votos" através de um trabalho direto com o seu eleitorado'.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência registra, com satisfação, as presenças em plenário de Suas Excelências o Senador Álvaro Dias, bem como o Sr. Deputado Federal Renato Bueno.

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe resta.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEUFRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos de externar a nossa saudação a esta delegação comunitária de Maringá, aqui presente, e que constituída de vários segmentos importantes da cidade-canção, vem aqui de uma forma pacífica, testemunhar contra a violência. Vem aqui afirmar que um novo conceito de segurança precisava ser selado: segurança é questão prioritária.

Em Maringá, ainda há poucos dias, vítimas de violência brutal, contra famílias, contra até mesmo uma instituição como a instituição da maçonaria em Maringá.

Entendemos que todos os esforços têm que ser realizados para que possamos sanar este verdadeiro vírus da violência que vem aterrando nossa população.

Neste instante em que, sensibilizados, acolhemos a manifestação daqueles que não têm mandato político, mas que estão fazendo da sua atuação comunitária uma razão de ser, indo de encontro aos anseios, à angústia, à insegurança, ao medo da população maringaense, por justos motivos deslocam-se até aqui para, juntamente conosco e com o Governo do Estado, e com a Secretaria de Segurança do Paraná, buscar uma resposta que possa coincidir, que possa trazer a tranquilidade à família maringaense.

Desta forma, portanto, Srs. Deputados, externamos a nossa saudação e queremos assinalar, queremos esperar que essa vinda, essa manifestação comunitária venha marcar um novo dia, um novo momento, um novo tempo de faz, de tranquilidade, de bem estar para a coletividade de Maringá, e por que não dizer, de todo o Paraná.

Srs. Deputados, acreditamos exatamente neste estágio em que nos encontramos, que a manifestação comunitária é de suma importância. Ainda há pouco, sentimos o drama de pequenos municípios e nós, desta tribuna, aproveitamos para anunciar a confirmação da presença do Sr. Saul Raiz, quinta-feira próxima, às 9:00 horas, nesta Assembléia, quando prestará depoimento à CPI que investiga a falência dos municípios, sobre a extinta Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios.

Em toda a parte, em todos os lugares, a mesma inquietude.

tação, o mesmo grito, a mesma angústia, o mesmo abandono, a mesma sensação de impotência administrativa por parte dos pequenos centros urbanos, cuja seiva econômica, cujas condições de vida foram, em grande parte, comprometidas na arte lamentável de comprometer, de sacar contra o futuro, e nós queremos afirmar: é preciso mais do que nunca que os financiamentos federais, longe de prosseguir na forma atual, como vêm prosseguindo, de privilegiar principalmente os grandes centros urbanos, possa vir de encontro aos pequenos municípios. O Paraná começou, na última gestão, a construção de uma hidrelétrica, a de Salto Segredo; estamos tomando e pedindo para que o atual Governo deixe de ativar uma hidrelétrica que vai custar aproximadamente 1 bilhão e 400 milhões de dólares. Sabemos do sentido que poderia ter para uma região, aquela hidrelétrica, mas achamos que o momento mais urgente para o Paraná é ir de encontro a soluções imediatas aos nossos problemas.

Temos a Rodovia do Café, não foi dizer intransitável, mas quase intransitável; temos Prefeituras interioranas que nem sequer conseguem pagar professores que ministram aulas nas nossas comunas; temos o municipalismo decadente, cada vez mais asfixiado pelo latifúndio; temos uma monocultura, que tem que ser revista, cedendo lugar para a policultura no Paraná.

Basta assistirmos obras grandiosas. É lamentável passar por municípios que receberam, no passado, centros de lazer, sendo que, Prefeituras nem sequer podem pagar despesas de manutenção daqueles centros - calçadões em cidades pequenas cujo movimento nem sequer os comportam, mas que lá estão, em verdadeiro atentado contra a hierarquia de valores, contra as prioridades administrativas que têm que ser planejadas.

É por esta razão que estamos contando com a participação e pedindo o apoio de técnicos dos nossos órgãos de pesquisas...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Em primeiro lugar, Deputado Tadeu 39/NEO/08

França, desejo agradecer a Vossa Excelência a concessão que me faz; em segundo lugar, para me solidarizar com Vossa Excelência na saudação que fez aos companheiros nossos, de Maringá, que em comissão vieram a Curitiba clamar por segurança na nossa terra, que tem assistido os mais escandalosos crimes, ultimamente. Esperamos realmente que o atual Secretário da Segurança do Paraná, tenha condições de atender Maringá e toda a região. E volto a dizer, mais uma vez, somente para constar deste assunto, que o problema de segurança no Paraná transcende à capacidade de decisão de nomear este ou aquele delegado, mas é muito profunda e necessita urgentemente que o novo Governador do Paraná tome providências para que ela seja mudada.

Solidarizo-me com Vossa Excelência e saúdo também os nossos companheiros de Maringá. Diria também a Vossa Excelência, que concordo com relação ao apanhado que faz, com relação às grandes e suntuosas obras, e quanto a obras pequenas, às vezes, com pouca coisa se agrada e se dá utilidade a uma grande ou pequena comunidade.

Com relação a Salto Segredo, diria a Vossa Excelência que, ouvimos com atenção o seu discurso, mas ele deverá ser ouvido com maior atenção, Deputado Tadeu França, no Palácio Iguaçu, pelo Governador José Richa, que é quem terá, em última análise, a decisão final sobre a construção ou não de Salto Segredo, porque apenas foi feito lá o início da obra e não o início da mão de obra propriamente dito, mas de obra com relação ao local, do canteiro de obras, enfim, as primeiras providências foram tomadas, apenas.

Portanto, ainda há tempo e concordo com Vossa Excelência que Salto Segredo seja paralisada, ou seja interrompida, para que possamos aplicar não esse dinheiro que seria de empréstimo internacional, mas outros recursos do Estado e do

próprio Governo Federal, em outras obras que atendam mais à nossa população.

Obrigado, Sr. Deputado, pela deferência e pelo aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Odeni Mongruel — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Nobre Deputado, em primeiro lugar, agradeço a oportunidade que Vossa Excelência me oferece.

Em seguida, Sr. Deputado, quero me parabenizar pelo seu discurso na tribuna, na tarde de hoje. É indiscutível que Vossa Excelência que nesta Casa chega pela vez primeira, e em curto espaço de tempo já construiu um conceito de homem público, de Deputado eficiente e de cidadão consciente; Vossa Excelência, neste curto espaço de tempo, pelo seu próprio desempenho, já mostrou porque aqui veio.

Quero, acima de tudo, salientar a posição de independência que o ilustre Deputado Tadeu França, vem adotando, quer no plenário, quer nas comissões em que participa.

Sr. Deputado, esse problema sobre a segurança do Estado, a segurança da população paranaense, é realmente algo alarmante. Temos sentido isso e temos, por diversas vezes, trazido aqui...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência comunica ao orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, mais cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) O tempo destinado à Liderança do PMDB está esgotado. São vinte minutos usados pelo Sr. Deputado. A Mesa anotou e comunica à Liderança do PMDB que está esgotado o tempo. No entanto, concede-lhe mais um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. ODENI MONGRUEL — Agradeço, Sr. Deputado. Complementarei em outra oportunidade.

O SR. TADEU FRANÇA — Deputado Odeni Mongruel, fico grato pelas suas palavras, e digo que a recíproca é verdadeira. Pelo norteamamento demonstrado por Vossa Excelência, também professor como eu, que está também inaugurando nesta Assembléia, porque mais do que tudo o problema nosso não está aqui dentro, o problema nosso não pode ser sanado de forma alguma pela violência, e sim por esta demonstração que o convidado de Maringá aqui nos revela, nesta tarde, é através da união acima de quaisquer outros interesses que poderemos ter a resposta para a situação crítica e caótica pela qual passa o nosso Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Falará por dez minutos, Sr. Presidente, o eminente Deputado Donato Gulin.

O SR. DONATO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Que as nossas primeiras palavras sejam para parabenizar Vossa Excelência, Sr. Presidente, e a Assembléia Legislativa, por ter tido o cuidado e a visão de se fazer o "Forum de Debates" que aconteceu na quarta-feira próxima passada.

É para falar sobre este "Forum de Debates" que ocupamos a tribuna desta Casa no dia de hoje.

Por ela passaram, desfilaram, participaram direta ou indiretamente, inúmeros empresários, industriais, homens públicos de nosso Estado, todos eles com uma única preocupação, a

situação do povo paranaense, aqueles que aqui nasceram nesta terra e também os que tiveram o privilégio de poder escolher o Paraná como seu Estado de vivência e de trabalho.

No "Forum de Debates", Sr. Presidente, Srs. Deputados, que Vossa Excelência presidiu com muito acerto, com a participação inclusive de inúmeros Deputados que compõem esta Casa, foram levantados inúmeros problemas e apresentadas também muitas propostas para que estes fossem, senão totalmente resolvidos, pelo menos parcialmente aparados.

Dentre todas as propostas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que foram apresentadas, algumas nos chamaram mais a atenção porque foram propostas cujas soluções seriam a curtíssimo prazo e resolveriam em grande parte o problema do desemprego no nosso Estado. Diria que neste "Forum de Debates", onde muitos empresários e industriais estavam preocupados com a inflação do nosso País, apareceu um homem que disse uma frase a qual tenho certeza que ficou gravada na mente de todos aqueles que lá estavam participando, que foi: "O DESEMPREGO É MAIS CRUEL QUE A INFLAÇÃO". Quem disse foi o Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, empresário paranaense, da área de comunicação.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a profundidade desta frase, porque entendeu ele, como depois entendemos nós, que se conseguirmos diminuir e até porque não, acabar com o problema do desemprego no nosso Estado, estaremos colaborando diretamente com a diminuição da inflação em nosso País.

Mas, outras propostas foram apresentadas. Entre outras, uma da valorização do homem público paranaense e da participação do paranaense nas decisões maiores político-administrativas de nosso País. Uma proposição que entendemos como independente de cores partidárias porque devemos, todos, nos unir, para fazer com que o nosso Estado, seja realmente ouvido e participe em todas as decisões que acontecem em nosso País. Por que?

Pelos números citados no "Forum de Debates", vimos a participação ativa do nosso Estado na economia nacional. Se nós, paranaenses, participamos com o trabalho, gerando riquezas para o nosso País, porque não podemos e não devemos participar também das decisões lá tomadas, que afetam a todos os Estados desta Confederação?

Mas queremos ir além. Queremos inclusive nos reter mais à frase do Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, quando diz que o desemprego é mais cruel que a inflação. E dizendo isto, queremos pedir, como foi pedido lá, a participação ativa de todos os homens públicos, empresários e industriais, já, agora, neste momento. Não adianta vir com proposições para daqui um ano, para daqui dez anos. Precisamos resolver o problema de nosso País, precisamos resolver o problema de nosso Estado a partir de hoje, a partir deste momento.

Aqui também quero trazer o exemplo do mesmo homem que citou a frase. Um exemplo de uma participação ativa para a diminuição do desemprego em nosso Estado.

Tenho certeza que todos aqui, presentes nesta Casa, já tiveram a mesma oportunidade que nós, de vermos o exemplo. Queremos que fique gravado nos Anais desta Casa, para fazer parte da História do Paraná, para fazer parte do futuro deste Estado.

Vemos no jornal "Gazeta do Povo" em página inteira, a seguinte frase: "Aos anunciantes em geral dos classificados da Gazeta do Povo".

Há mais de dois anos, preocupado com o desemprego no Paraná e particularmente com a necessidade de absorção da mão de obra desempregada, um problema hoje perfeitamente visível, estamos propondo conter o desemprego e fortalecer o nosso Estado. De que forma? A "Gazeta do Povo" une-se às dificuldades do País e na busca das soluções, e toma as seguintes medidas:

1) Durante 60 dias, congelará o custo dos nossos anúncios classificados, que teriam seus preços reajustados a partir de 01 de maio de 1983;

2) Oferecer a todos aqueles que estiverem desempregados, a possibilidade de oferecer seus serviços através dos classificados da "Gazeta do Povo", ao custo mínimo de mil cruzeiros, por vez, para qualquer dia da semana, conforme o modelo. Mas, vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

3) Se comprovada a impossibilidade pelo desempregado do pagamento da importância acima, o custo será zero, ou seja, o desempregado dentro do Estado do Paraná, terá oportunidade de oferecer os seus serviços, através de um órgão de divulgação que atinge todas as camadas sociais do nosso Estado, sem desembolsar tostão algum.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

Em primeiro lugar, Deputado Donato Gulin, para elogiar a presença de Vossa Excelência, na tribuna, falando sobre um assunto tão atual e tão importante. Não temos palavras mais, para elogiar a atuação da "Gazeta do Povo" do jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, um homem que tem tido idéias sempre oportunas para os momentos oportunos.

Vimos a "Gazeta do Povo", levantar os assuntos do maior interesse do Paraná em várias oportunidades, e agora nesta hora difícil em que o País e o mundo atravessam uma quadra talvez das mais difíceis de todos os tempos, verificamos que a "Gazeta do Povo" novamente, está de pé, está presente, por essa idéia maravilhosa, simples como todas as simples maravilhosas, para dar oportunidade àqueles que buscam emprego e possam fazê-lo através deste grande veículo de divulgação que é a "Gazeta do Povo".

Meus parabéns a Vossa Excelência, Deputado Gulin, já vi hoje, incorporando-se a essa campanha, o jornal "O Estado do Paraná", a "Folha de Curitiba" também seguindo o exemplo do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, fazendo com que todos os órgãos de divulgação do nosso Estado possam se ombrear, possam se agrupar nesta idéia para tentar de todas as formas, minorar esta angustiosa fase que atravessamos agora. Parabéns, Deputado, e muito obrigado.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me concede um aparte: (Assentimento) Gostaria também de cumprimentar os jornais da Capital por esta iniciativa, mas vamos colocar as coisas nos devidos lugares.

O pioneirismo e esta campanha foi levantada e reconhecida pela ABI, pela "Folha de Londrina", mas como os bons exemplos devem ser imitados, nos congratulamos com a "Gazeta do Povo", "Folha de Curitiba" e "O Estado do Paraná".

Mas, o pioneirismo dessa campanha pelo desemprego partiu da "Folha de Londrina".

O SR. DONATO GULIN — Agradeço o aparte do nobre Deputado Gabriel Sampaio e do Deputado Fiori Luiz, que vieram enriquecer inclusive o nosso pronunciamento, e também, que está o Deputado Fiori Luiz trazendo informação para esta Casa que, o início desta campanha, foi no jornal "Folha de Londrina".

Lamento, meu nobre Deputado, de que não tenha recebido a "Folha de Londrina" para ter dado uma olhada no programa e nesta campanha que a "Folha" está também, segundo Vossa Excelência, participando. Achei altamente salutar a participação de todos os órgãos de divulgação do nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos encerrar já que o nosso tempo é limitado, dizendo que isto aqui, que o que foi dito pelo nosso companheiro Fiori Luiz que a "Folha de Londrina" apresentou a mesma proposição, que o que foi feito pelo "O Estado do Paraná" e pela "Folha de Curitiba", sirvam de exemplo ao Governo do Estado, para que tome atitudes coerentes, atitudes e atos concretos que venham, real-

mente, diminuir o desemprego dentro do Paraná, porque é ele que comanda todas as ações do nosso Estado.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do restante do seu horário.

Com a palavra o Sr. Edgard Pimentel, por quinze minutos.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma das mais preciosas virtudes da democracia é a denominada "Participação comunitária", forma e instrumento indispensáveis à existência efetiva de um regime popular, representativo, através do que a coletividade dirige seus próprios destinos. Repugna aos sentimentos cívicos do povo brasileiro toda e qualquer modalidade de poder despótico exercido pelos famigerados ditadores, que ostentam em predestinados condutores de massas e cujos governos sempre culminam em retumbantes desastres com irreparáveis lesões ao patrimônio político-cultural de uma nação.

A nossa própria presença nesta Casa é o resultado de uma árdua conquista pela implantação do sistema representativo, que nos confere a alta e honrosa missão de porta-vozes do nosso povo. O aprimoramento de cada dia maior, desse salutar processo que assegura a manutenção dos princípios básicos dos direitos humanos, constitui um irrenunciável ideal de nossa luta como homem público.

É com imenso pesar, entretanto, que estamos assistindo a luta insólita e despropositada de um político, guindado a um cargo eletivo pelo consenso popular nas urnas de 15 de novembro último, buscando tornar-se o todo poderoso dono de um poder monolítico sobre seus concidadãos. Referimo-nos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao Prefeito do Município de Cascavel, o ex-Deputado Fidelcino Tolentino, que está a exigir do Governo do Estado, que todas as decisões governamentais na sua área passem por suas mãos. Neste afã, aquele alcaide não refreia ímpetos ao ponto de haver ameaçado romper com o Governador do Estado, eleito sob a sua mesma legenda partidária.

À primeira vista pode parecer que o episódio se circunscreve aos arraiais situacionistas, representando até uma indébita ingerência nossa através deste pronunciamento. Mas não é isso que ocorre. Cabe-nos o dever de zelar para que a administração pública neste Estado e nesta Nação, seja exercida com rigoroso respeito à participação de todos no trato dos assuntos ligados à própria comunidade. A condenação dos chamados "comandos políticos" constituiu uma das bandeiras dos comícios pré-eleitorais dos opositoristas de ontem. Esta incoerência de comportamento até surpreende tão repentina mutação de posições ocorrida.

Mas a nossa maior preocupação, afora o tema político que sustentamos, é quanto às conseqüências de um eventual extremecimento das relações entre o Estado e o Município de Cascavel, com sérios prejuízos aos interesses daquela região que nos conferiu um mandato neste Parlamento. Todos sabem e os fatos já se incorporaram à própria História, do quanto o Governo do Estado proporcionou na administração passada em favor de Cascavel, nas mais diferentes frentes de atuação. Obra de grande envergadura, impostas pelo crescimento do município, como é o caso da Estação Rodoviária e para a qual o Governo Ney Braga destinou 80 milhões de cruzeiros, estão hoje paralisadas. O Hospital Regional, que recebeu mais de 400 milhões de cruzeiros, teve seus serviços também suspensos a partir da posse do Governo do PMDB. Um programa para construção de mais de 700 casas populares, em vias de implantação, também foi relegado a segundo plano.

Enquanto tudo isso acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os governantes se degladiam pela conquista de "comandos políticos" discutem querelas, implantam o terrorismo das

demissões no seio do funcionalismo agravando a crise do desemprego.

Fazemos pois, desta tribuna, o nosso mais veemente apelo para que o clima de concórdia se instaure neste Governo, alçado ao poder sob as esperanças tão sentidas do povo paranaense, que não merece, em absoluto, ser frustrado em suas aspirações. O nosso desejo é que o nosso governo e seus prefeitos realizem a melhor administração possível em favor do Paraná e que se não for melhor, seja pelo menos tão boa e proffcua quanto a administração anterior deste grande líder político que é Ney Braga.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria que se encontra sobre a mesa:

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Del Ciel Filho, ocorrido na cidade de Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jacinto Ornelas, no Município de Uniflor.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fuad Calixto, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, pedindo a liberação do Prosafrá, ao Município de Ubitatã. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

Não temos nada contra o encaminhamento do requerimento, mas acho que está extemporâneo, porque a verba já foi liberada. Oitocentos e trinta e um mil cruzeiros. Foi liberado na quinta-feira e o dinheiro já está no Banco.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em votação.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, pedindo a liberação do Prosafrá, ao Município de Quinta do Sol.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, pedindo a liberação do Prosafrá, ao Município de Peabiru.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, pedindo a liberação do Prosafrá, ao Município de Mamborê.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, pedindo a liberação do Prosafrá, ao Município de Sertãoópolis.— **Aprovado.**

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, pedindo a liberação do Prosafrá, ao Município de Terra Boa.— Em votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para encaminhar, Sr. Presidente, queria fazer um apelo para que Vossa Excelência, em nome das duas bancadas, fizesse um apelo ao Secretário dos Transportes para que ele liberasse o Prosafrá, porque é uma verba advinda do Ministério dos Transportes. Deveria ser liberada sem mais delonga, porque isso não soa bem à nossa bancada, não soa bem ao Governo do Estado, Sr. Presidente.

O que não é possível, é levarmos ao Secretário dos Transportes, pedidos de Deputados solicitando a liberação do Prosafrá, que é automático, sem discriminação, porque seria redundante pedirmos ao Ministro dos Transportes que libere o Prosafrá do Paraná.

Acho que o Prosafrá, Sr. Presidente, é automático e matemático. Deve ir para os municípios sem discriminação e é por isso que, com a devida vênia e respeito por Vossa Excelência, eu tomo esse momento, para encaminhar a votação.

Queria que as duas bancadas se unissem e fizessem um apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, que liberasse indistintamente, como é liberado indistintamente pelo Governo Federal, a não ser que o Secretário dos Transportes nos force a explicar ao Sr. Ministro sobre os pedidos de clemência que estamos pedindo ao Sr. Secretário que libere o Prosafrá que é matemático, é automático.

É dinheiro do povo, Sr. Presidente, e quero dizer ao Deputado Rubens Bueno, que o seu povo tem direito, e dizer ao Secretário dos Transportes que libere e pare de fazer demagogia com o Prosafrá, a não ser que a nossa bancada esteja na inércia, porque o Prosafrá é liberado pelo Ministério dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em votação o requerimento.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, apelando no sentido de serem tomadas providências visando o asfaltamento da estrada que liga Juranda a Rancho Alegre D'Oeste, Município de Goioerê.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do editorial "O Exercício do Poder", do jornal a "Gazeta do Povo", edição do dia 24.04.83.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arthur Hoffig, ocorrido em data de ontem na localidade de Cornélio Procópio.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 76.º aniversário do "Diário dos Campos", matutino do Município de Ponta Grossa, ocorrido no dia 27 próximo passado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja consignado nos Anais desta Casa, voto de congratulações

pelo transcurso do 19.º aniversário do Município de Capitão Leônidas Marques, no dia de ontem.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Senhora Ministra da Educação, no sentido de serem utilizados nestes estabelecimentos particulares, uniformes padronizados, de reduzido custo, em compatibilidade com o poder aquisitivo de todas as bolsas, sem distinção.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário de Segurança Pública, pedindo ao Sr. Diretor do DETRAN, a instalação da 58.ª CIRETRAN da cidade de Rondon - PR, criada desde 1981. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, no sentido de serem tomadas providências visando a instalação de telefone público na localidade denominada Borda do Campo, no Município de São José dos Pinhais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Prefeitura Municipal de Bandeirantes e ao Serviço de Obras Sociais do mesmo município, pela realização do XVI Congresso Nacional dos Serviços de Obras Sociais naquela cidade, nos dias 23 e 24 deste mês. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de dois trevos em Cianorte, no acesso para as avenidas Maranhão e Pernambuco. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário de Estado do Interior, para que junto ao Sr. Superintendente da SUCEPAR, o envio de uma equipe técnica para averiguar problema da erosão urbana e rural no Município de Cianorte e Distritos de São Lourenço e Vidigal, assim como o Projeto Noroeste, com o Ministério do Interior. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte encarecendo a distribuição imediata de auxílio financeiro às federações de esporte amador do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à Secretaria de Estado dos Transportes no sentido de que efetue a Construção de uma Estação Rodoviária no Município de Pinhã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que a Secretaria de Educação dê a denominação de "Pedro Boareto Neto" ao Colégio Polivalente de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, para que autorize a instalação de um Núcleo Regional de Ensino no Município de Pitanga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos

Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, para que autorize a instalação de um Distrito Sanitário, no Município de Pitanga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, para que autorize a abertura de um Posto da Café do Paraná, no Município de Pitanga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, para que autorize a abertura de um Posto da Café do Paraná, no Município de Turvo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, pedindo esforços no sentido de ser construído em Altamira uma Unidade Sanitária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a conservação da estrada intermunicipal que liga Altamira-Campina da Lagoa através do DER. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos no sentido de ser construída ponte sobre o Rio Cantu, na estrada que liga Altamira a Nova Cantu, com recursos da Secretaria. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a implantação de um plano de emergência englobando a ação conjunta de todas as Secretarias de Estado e outros organismos públicos como a FAMEPAR, para socorrer os municípios paranaenses recém-instalados, e que passam por sérias dificuldades financeiras. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, pedindo autorização para envio de uma viatura policial para a Delegacia de Lunardelli. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de Telex aos Srs. Ministros da Agricultura e Planejamento, encarecendo urgentes estudos para fixação, até 15 de maio, dos preços mínimos do trigo, com dez por cento acima, considerando-se que os custos de produção são maiores que os da cultura do trigo, como forma necessária de incentivo ao cooperado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, de reportagem publicada na "Folha de Londrina", dia 28 de abril do corrente. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. — (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor do Crédito Agrícola do Ban-

co do Brasil em Brasília, pedindo a instalação de uma agência do posto avançado do Banco do Brasil, no Município de São Thomé, neste Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo medidas urgentes, visando a instalação de um destacamento policial na localidade denominada Borda do Campo, Município de São José dos Pinhais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à Senhora Secretária de Educação, encarecendo a estadualização do ensino de primeiro grau no Município de Altamira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando um voto de louvor ao jornal "Gazeta do Povo", pela realização de magnífica campanha visando combater o desemprego em nosso Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando que seja enviado expediente ao Sr. Diretor Presidente do BANESTADO S/A, a fim de que sejam envidados os esforços necessários para a instalação de uma agência no Município de Altamira do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, constante do expediente, solicitando um voto de congratulações à editora "O Estado do Paraná S/A", pela campanha encetada nos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", a fim de colaborar com a diminuição do desemprego no Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando que seja consignado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado, o documento "O posicionamento Municipal de Matelândia sobre o Conflito de Terras neste Município". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. — (O documento acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando que seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações à ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE REABILITAÇÃO, pelo transcurso do jubileu de prata. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Presidente da COPEL, através do Sr. Secretário do Interior, pedindo revisão geral na rede de distribuição de energia elétrica de Nova Cantu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Rubens Bueno e Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao jornal "Folha de Londrina", pela publicação gratuita de anúncios visando combater o desemprego. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro das Minas e Energia e Presidente da ELETROBRÁS, a fim de serem estabelecidos novos critérios na taxação de energia elétrica. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de informar qual o montante do recurso Salário Educação a ser repassado aos municípios paranaenses, para ajuda no pagamento aos professores da rede

municipal de ensino. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156/82. Levanta-se a sessão. **Materia cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Gernote Kirinus, em sessão do dia 02 de maio de 1983.**

POSICIONAMENTO DO GOVERNO MUNICIPAL DE MATELÂNDIA SOBRE O CONFLITO DE TERRAS NESTE MUNICÍPIO

I — Preliminares

1 — A Reforma Agrária oferece, no momento de difícil crise econômica brasileira, a grande oportunidade de fixar o trabalhador rural na terra evitando assim engordar as cifras de desemprego na cidade.

2 — A Reforma Agrária é um instrumento de justiça social que já chega tarde, mas que traz esperanças para uma ação política saneadora e eficaz. A dívida nacional que foi construída de cimento-concreto — vide: Itaipu, Ponte Rio-Niterói, Ferrovia do Aço, Angra dos Reis e tantas outras deve ser redimensionada numa nova política econômica de investimento hábil nos grandes espaços agrários.

3 — A vocação brasileira, tem se dito, é a economia agropecuária, substituindo gradativamente os excessos de uma economia de dependência transnacional.

4 — Diante da morosidade das medidas cabíveis, a nação aguarda ansiosa que a prioridade agrícola anunciada há anos pelo Governo Federal seja matematicamente colocada em primeiro lugar como investimento em ordem de importância. É cristalino esperar o óbvio.

II — O que aconteceu em nosso Município?

MATELÂNDIA, município encravado no Oeste paranaense, constituiu-se como etapa de colonização desordenada da via migratória gaúcha e catarinense rumo ao norte. Sobrevivem desta época pioneira problemas e vícios de propriedades mal definidas, superpostas e sob aproveitamento de ocupação basicamente predatória.

A “Fazendas Reunidas Padroeira do Brasil” é um capítulo exemplar desse passado recente. São mais ou menos 3.500 alqueires, hoje disputados internamente pela família Minoli, parcialmente retalhada em posses, parcerias, contratos de arrendamento, reunindo em torno de 300 famílias de agricultores. No momento reacendeu-se a disputa pela ocupação da fazenda quando se acentuaram conflitos jurídicos entre pai e filho, dando oportunidade que arrendatários e posseiros pleiteassem a posse definitiva via Reforma Agrária. O reclamo direto se dá com justiça, porém, pela resistência em ceder trinta e cinco da colheita como forma de arrendamento (trinta por cento do arrendatário e cinco por cento à figura do “gato”), enquanto a lei estipula apenas dez por cento nas condições ali apresentadas.

Diante disso houve mobilização espontânea somada com a presença da nova realidade política do Paraná — ou seja, o PMDB no governo. Surge assim a esperança que o Governo Estadual seja um aliado confiável e agilizador do processo de transferência aos que trabalham a terra e sua posse definitiva.

O Governo Municipal de Matelândia, também do PMDB, alçado pelo voto popular, ouviu as reivindicações dos colonos por estradas e as atendeu integralmente no permissível, comprometendo-se apoiar ainda na contratação de um professor numa escola a ser construída pelos próprios colonos. Também tem sido um intermediário constante por uma negociação pacífica e ordeira; dentro da lei como expressa o Estatuto da Terra.

Nessa caminhada também atua a Comissão Pastoral da Terra através do MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem

Terra do Oeste). Afirmamos: não existe clima de violência.

Não existe tumulto. Embora haja quem se interesse em insuflar invasão de outras fazendas no Município, ouerendo com isso criar um clima emocional e perverso.

III — O que poderia ser feito?

O Governo Municipal de Matelândia, município essencialmente agropecuário, tem sua meta econômica e política voltada basicamente para o homem do campo. É do nosso interesse e, julgamos, de toda a nação, que a economia primária, única em condições de gerar riquezas permanentes a resolver a crise, possa receber finalmente medidas políticas de porte e investimentos saneadores como a Reforma Agrária. A Municipalidade opta pela aplicação da Lei, indenizando a quem de direito a propriedade legal, seja ela por minifúndio ou latifúndio, bem ou mal ocupada.

Opta ainda por uma seleção criteriosa dos beneficiários, limpando a área de possíveis posseiros “profissionais”, e dando terra para quem nela quer de fato se fixar com família e com produção agrícola. Opta também por entrega de titulação rápida, após teste de comprovação no prazo mínimo de cinco anos.

E, por último, convoca o bom-senso de todas as autoridades constituídas para que, por sua omissão, não venham a engordar as cifras de desempregados nas sedes municipais, indefesas, com recursos escassos e com fidelidades em orçamentos já comprometidos.

O Governo Municipal de Matelândia crê que o Artigo 16 da Lei Principal de n.º 4.504 de 30 de novembro de 1964, mais conhecida como Estatuto da Terra, deva ser um compromisso de honra de todo o governante, independente de Partido político, e que exige hoje o bom-senso e o patriotismo. Nesse artigo diz assim:

“A Reforma Agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, como a gradual extinção do minifúndio e o latifúndio.”

Ao mesmo tempo o Governo Municipal lembra que a posse da terra, quando legal, é um direito assegurado pela Constituição (Artigo 153, parágrafo 22) e que dá garantias e tranqüilidade aos que fazem bom uso da terra gerando riquezas e empregos. Por outro lado aponta para o Artigo 18 do Estatuto da Terra, onde diz nos itens a, b, c, d o seguinte:

“Art. 18 — A desapropriação por interesse social tem por fim:

- a) condicionar o uso da terra à sua função social;
- b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade;
- c) obrigar a exploração racional da terra;
- d) permitir a recuperação social e econômica das regiões”.

E acresce ainda o Artigo 20, os itens III, IV e V:

“Art. 20 — As desapropriações a serem realizadas pelo Poder Público, nas áreas prioritárias, recairão sobre:

III — as áreas cujos proprietários desenvolveram atividades predatórias, recusando-se a por em prática normas de conservação dos recursos naturais;

IV — as áreas destinadas a empreendimentos de colonização, quando estes não tiverem logrado atingir seus objetivos;

V — as áreas que apresentem elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros;”

E, por fim, o Governo Municipal de Matelândia apela às autoridades que emprestem sua voz na agilização desse processo, que quer levar a normalidade jurídica ao campo, e, assim, ocupar a mão-de-obra ociosa, mal aproveitada e injustamente explorada no interior de nosso País. Solicita ainda que a Imprensa divulgue esta luta social e seja uma fiel aliada dos

atos que se sucederem em prol de uma ocupação pacífica e racional que já vem tarde, mas que ainda é possível retomar.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ R. ZECÃO LORENZON "

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Sérgio Spada, em sessão do dia 02 de maio de 1983.

MAZZAROLLO

Condenado, preso, ele reafirma que só quer a paz e a justiça social. Porém, será julgado novamente, hoje, pelo Supremo Tribunal Militar.

Texto: Jussara Rezende

Existe um meio de viajar pelo tempo?

Definitivamente sim. Pelo menos é o que se pode deduzir depois de percorrer as entranhas do processo em que foi envolvido o jornalista, editor e co-proprietário do semanário "Nosso Tempo", de Foz do Iguaçu, Juvêncio Mazzarollo. O jornal é tablóide, tem circulação pequena, mas Juvêncio Mazzarollo foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por matérias que publicou nesse jornal. Foi enquadrado nos artigos 14, 33, 36 e 42 da LSN e o "Nosso Tempo" no artigo 49. O artigo 14 trata do crime de indispor o povo com as autoridades mediante divulgação de notícia falsa ou tendenciosa; o 33 trata das ofensas às autoridades do governo; o 36 e o 42 referem-se aos crimes de incitamento à subversão e à luta armada, enquanto que o 49 prevê a suspensão, por dois meses, do jornal veiculador da matéria considerada delituosa. No total, as penas previstas nesses artigos da LSN somam perto de 20 anos de prisão.

Todo o processo de Juvêncio começou há mais de um ano. Ele está condenado em dois processos e hoje, às 14:00 horas, em Brasília, será novamente julgado pelo Supremo Tribunal Militar. Seus advogados vão pedir a sua absolvição referente ao processo em que o editor acabou condenado em setembro último a um ano de reclusão. A acusação vai pedir o agravamento da pena que poderá ser de um a três anos. Desta vez, a defesa será feita, em nome da Comissão de Justiça e Paz, pelo jurista Heleno Fragoso.

Concretamente, a viagem pelo tempo, a volta ao século 19 começa no Presídio do Ahú, em Curitiba, onde está preso atualmente Mazzarollo. Depois de ter preenchido os requisitos de não ser jornalista, de não ser "perigosa", de ter deixado a carteira de Identidade, pude falar com o jornalista, num porão, no subsolo da guarda de controle de entrada, em alojamento de oficial-de-dia, na sede do Batalhão da Polícia de Guarda do Presídio do Ahú. Qualquer cidadão comum, chegando ali, se sentirá perfeitamente localizado nos piores momentos do século 19. Viajando pelo tempo. Uma viagem fria, mesquinha, em clima de guerra.

OS PROCESSOS

O primeiro processo de Mazzarollo foi aberto em abril de 1981. Baseia-se em todas as suas 15 laudas nos trechos de oito edições que o "Nosso Tempo" denuncia a Polícia Civil de Foz do Iguaçu da prática de tortura de presos, faz comentários opinativos sobre a revolução de 64 e coloca-se contrário ao atual regime militar taxando-o como verdadeiro culpado pela situação do povo brasileiro. Enquadrado na LSN, foi condenado a um ano de prisão com direito a cumprir a pena em liberdade. E, tal como agora, a acusação não ficou satisfeita. Aproximadamente três meses após esta primeira condenação, o jornalista publicou um artigo considerado novamente "ofensivo". Juntamente com os outros proprietários do "Nosso Tempo", Aluísio Palmar e João Avelino de Souza, foi enquadrado na LSN e levado a julgamento. Nesse processo Mazzarollo foi condenado a um ano de prisão sem direito a cumprir a pena em liberdade, os recursos dos advogados Wagner D'Angeles e Renê Ariel Dotti.

À época, os advogados — designados pela Comissão de Justiça e Paz — se empenharam ao máximo em provar que as acusações não tinham fundamento; deixaram claro que o processo decorria unicamente de uma animosidade pessoal do Comandante do 34º Batalhão de Infantaria Motorizada, coronel João Guilherme da Costa Labre, contra os acusados, particularmente Mazzarollo, editor do jornal. Insistiram em que opiniões emitidas em um semanário de Foz do Iguaçu não colocam em risco a segurança nacional e que, se eventualmente alguma autoridade se sentiu ofendida, deveria recorrer à Lei de Imprensa, na Justiça Comum. Para contestar o argumento de que eles faziam propaganda subversiva, Renê Ariel Dotti chegou até a ler trechos do manifesto do PDS, defendendo posições semelhantes às aquelas defendidas pelo "Nosso Tempo".

Esses argumentos, da mesma forma como outros arrolados pelos advogados, não sensibilizaram os cinco integrantes do Conselho de Sentença (quatro oficiais do Exército e um Juiz). Por unanimidade, eles concordaram em absolver Aluísio e Adelino. Mazzarollo, como editor do jornal, respondia pelos artigos não assinados e consideraram-no culpado, enquadrando-o no artigo 42 da LSN. E como também não reconheceram sua condição de réu primário, foi levado da Auditoria Militar diretamente para a penitenciária de Piraquara, condenado a um ano de reclusão.

"VACA MORTA"

No presídio do Ahú minha situação é de perplexidade. Por tudo, muitas perguntas na cabeça. A pergunta central, básica, ainda permeia: será que não há alguém com raiva pessoal?

No porão, uma cama, paredes pintadas de verde escuro, noto a falta de luz elétrica, uma bandeja com comida de aspecto ruim. Cenário do século 19. Penso que ele deve estar cansado de gente perguntando-lhe como tudo começou. Por aí. No entanto, Mazzarollo é calmo, paciente, eu estava enganada. Ele explica como pormenores, gesticulando às vezes, esboçando um sorriso triste em outras. Seus olhos refletem o quanto se sente injustiçado.

"O Nosso Tempo" começou a circular em Foz do Iguaçu em dezembro de 80, obedecendo uma linha de defesa da cidade e região, dos posseiros, dos desabrigados. A gente considerava diante dos fatos que assistíamos e víamos claramente que as autoridades constituídas, para trazerem benefícios à população, fugiam de suas funções. Em dezembro de 81, assumiu o comando do 34º Batalhão de Infantaria Motorizada, o coronel João Guilherme da Costa Labre".

"Alguns meses após — continua — fui convidado, pelo Coronel, através de um militar do Batalhão, a comparecer a uma reunião comunitária. Considerei esta atitude como um fator positivo. Para mim as autoridades estavam ficando sensibilizadas com a situação dos desabrigados, já que a situação lá estava verdadeiramente calamitosa. Compareci à reunião, onde estavam presentes o prefeito de Foz, coronel Clóvis Cunha Vianna, o juiz João Kipitowiski e o advogado José Bento Vidal. Chegando lá fui surpreendido. O Coronel João Guilherme da Costa Labre começou a me insultar e acusar querendo através disso pressionar para que mudasse a linha editorial do "Nosso Tempo".

Ainda de acordo com Mazzarollo, a partir daí "Nosso Tempo" sofreu sérias restrições.

Cortes de anunciantes etc., pois não mudou sua linha editorial. Para ele, é uma questão de honestidade:

"Um jornal tem que relatar os fatos tais como acontecem. E o "Nosso Tempo" não arredou pé. A partir de então, moveram uma guerra contra nós. Da discordância passaram diretamente à intolerância. Em abril de 82, foi aberto um inquérito policial militar que resultou no nosso enquadramento no artigo 14 da LSN. Nesse processo, pude ficar aguardando em liberdade. Mas nem por isso deixamos de

colocar os fatos como aconteciam. E a marcação continuava. Até que em 29 de julho, publiquei a matéria "Não se tira leite de vaca morta". As acusações sobre mim, a partir daí foram terríveis. Tal como se eu pudesse — sozinho — mudar os destinos do País. Imagine, conseguir isso através de um jornal de pequena circulação".

O relato do jornalista é de tal convicção, às vezes ingênuo. Mazzarollo acreditava na verdade. Acredita, com toda fé, na justiça social, que o povo brasileiro merece condições dignas de vida, melhores condições de saúde, moradia, educação. Simples. Só.

ABERTURA E ESPERANÇA

Renê Dotti, um de seus advogados, e a atual situação jurídica do jornalista: "Entendemos que o problema não está encerrado. Que tanto da parte do Superior Tribunal Militar quanto do Supremo Tribunal Federal ainda há esperança de que em ambos os processos ele ainda possa até ser absolvido. Consideramos que o seu problema do ponto de vista jurídico ainda poderá oferecer refluxo; ou seja, uma revisão desta posição, que consideramos absolutamente incompatível com o processo de abertura que é sustentado não só pelo Presidente da República, como por setores mais representativos do governo. Entendemos que a manutenção das condenações contra o jornalista por crime da palavra são condenações que comprometem a declaração solene do processo de abertura. Não vemos no crime da palavra uma ofensa à segurança nacional. Evidentemente os "desvios" do comportamento do jornalista podem e devem ser apurados através do Direito Penal e da Lei de Imprensa, conforme a orientação e teses que os advogados e setores representativos da opinião pública vêm colocando".

Revê Dotti diz mais: afirma que "considerar a honra de um chefe de Estado, a honra de um ministro e até mesmo de governadores do Estado como um valor que afete e comprometa a Segurança Nacional, é dar um conceito muito elástico da Segurança Nacional".

Para o advogado, "conceitos assim emitidos é próprio dos regimes antidemocráticos: isso foi muito comum no fascismo, no nazismo, é comum evidentemente em países totalitários de esquerda ou de direita mas é incompatível em um Estado social e democrático de Direito onde a Segurança Nacional é comprometida por atos eficientes que traduzam um risco para a personalidade política do Estado. Mas não será através da palavra que se colocará o Estado em risco quanto a sua integridade, quanto a sua independência".

SINDICATO E DEMAGOGIA

Mazzarollo segue relatando sua trajetória como preso político. Que história. Eu estava em pleno século 19.

"Depois de condenado, na madrugada de 28 de setembro, fui levado para a Penitenciária Central do Estado — Piraquara, distante 30 quilômetros de Curitiba — confinado em primeiro lugar em um cubículo, em uma ala solitária. No início de outubro, fui transferido para a ala de alojamento de oficiais. E a partir da rebelião e tentativa de fuga ocorrida na Penitenciária, às vésperas do Natal do ano passado, a situação foi ficando terrível. Ao lado da minha cela, estava o preso comum, tenente José Augusto Paredes, envolvido com furto de veículos. A situação piorou a partir da nova tentativa de fuga, ocorrida dias 8 e 9 de janeiro. (O Tenente Paredes fugiu no dia 9). Depois passei a conviver com cerca de 70 presidiários comuns, deslocados da Penitenciária Central para minha ala. Eu não podia dar nenhum passo. Comida de péssima qualidade, condições sanitárias precárias, vazamento de fossas sépticas, falta total de higiene, clima de guerra com alarmes constantes, trocas de guardas, cães pelo pátio, mesmo à noite."

Afinal, depois de requerimentos de acordo com dispositivo da Lei, no dia 11 de fevereiro Mazzarollo foi transferido para o porão do AHÚ. Quanto às atuais condições carcerárias, para mim fica claro: não podiam ser piores ou melhores.

O que machuca é a injustiça, é constatar que as acusações que lhe fazem são contrárias aos valores de uma Nação que deve desejar o melhor para o seu povo.

Perguntei ainda para Mazzarollo qual foi a posição do Sindicato dos Jornalistas do Paraná sobre ele, já que a acusação arrola também o "exercício ilegal da profissão", para ampliar a pena carcerária:

"Eu não espero nada do Sindicato. É claro que o Sindicato poderia ter assumido uma posição. Aliás, espero somente declarações demagógicas."

Fui procurar o Sindicato. Lá, novamente entrei no "túnel do tempo". Na presença do presidente do Sindicato, Desidério Perón, coloquei o gravador em cima da mesa. Ele foi taxativo: "Só dou entrevista gravada para jornalista registrado. Se for esse o caso, mostre-me o registro".

Nem que tivesse ali cem mil registros. A questão é a do "túnel do tempo". No final da rápida conversa, o presidente do Sindicato me entregou um documento onde estava registrada a posição da Federação Nacional dos Jornalistas e dos Sindicatos dos Jornalistas do Paraná. O documento dizia que estes órgãos tinham conhecimento do que ocorria com "os três membros do jornal Nosso Tempo, acha absurdo que mais uma vez em lugar de fazer uso do direito de resposta, previsto pela Lei de Imprensa se lancemão da Lei de Segurança Nacional para ameaçar a liberdade de expressão. Entretanto, as entidades representativas dos jornalistas profissionais comunicam que os três indiciados não são jornalistas profissionais."

UM HUMANISTA

Este foi o documento. Quanto à legitimidade, nada. Posição diferente assumiu o advogado Renê Dotti: "Eu considero, para esse feito político, jornalista todo aquele que, reiteradamente, tem se manifestado através dos meios de comunicação, a respeito de problemas. Tem feito isso como atividade habitual. É o caso de Juvêncio Mazzarollo. Denuncia problemas seriíssimos para a própria segurança da Nação, como é, preocupante, para a segurança da Nação, o problema da dívida externa, por exemplo. O bom-senso está demonstrando que o processo por contravenção instaurado contra ele somente foi aberto depois de instaurado o inquérito da Polícia Federal pelos artigos que ele escrevia; quer dizer, até então, ele podia normalmente exercer a profissão. A partir do momento em que ele passou a ser indiciado por delito político é que a Polícia Federal instaurou inquérito contra ele. Para tentar, perante a opinião pública, descaracterizar a condição dele como jornalista. Entendo que nesse momento, todos aqueles que efetivamente são jornalistas deveriam, sem preconceitos, abraçar a causa de que Juvêncio é, para esses efeitos, também um jornalista e não fazer uma cisão interna a propósito de que somente seria ele jornalista se tivesse sua condição regular perante o órgão de classe ou perante a Delegacia do Trabalho." Renê Dotti ainda esclareceu que não estava discutindo os direitos previdenciários: "Estou vendo Mazzarollo jornalista, na acepção mais alta do vocábulo; isto é, aquela pessoa que se vale habitualmente de um meio de comunicação de massa para defender suas idéias e seus pensamentos. Nesse sentido, ele é, evidentemente, um jornalista".

Depois de quase uma hora de conversa digo para Mazzarollo que vou embora. Penso ainda "acho que Juvêncio é um humanista". Aí ele me diz:

"Tudo que fiz e continuo escrevendo é em nome da paz. Eu não quero jamais um clima de guerra. Eu quero paz e justiça social." Aí, me lembro de uma das declarações do Senador Teotônio Vilella depois de visitar o jornalista:

"Juvêncio, você não foi condenado por ter roubado as galinhas, mas porque denunciou quem as roubou."